



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO, LINGUAGEM E
INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

ALDALICE SOUZA DA CONCEIÇÃO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA**

PROPOSTA TÉCNICA-TECNOLÓGICA

**SALVADOR
2024**

ALDALICE SOUZA DA CONCEIÇÃO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA**

Produção Técnica-Tecnológica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, curso de Mestrado Profissional em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Sheila de Quadros Uzêda

Linha de Pesquisa: Currículo, Ensino e Formação de Profissionais da Educação

SALVADOR
2024

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação - Biblioteca Anísio Teixeira

Conceição, Aldalice Souza da.

Formação de professores no processo de inclusão de crianças com deficiência [recurso eletrônico] / Aldalice Souza da Conceição. - Dados eletrônicos. - 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sheila de Quadros Uzêda.

Produção Técnica-Tecnológica (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2024.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Formação continuada. 4. Prática pedagógica. 5. Ensino fundamental II. I. Uzêda, Sheila de Quadros. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas. III. Título.

CDD 371.9 - 23. ed.

CONCEIÇÃO, Aldalice Souza da. **Formação de professores no processo de inclusão de crianças com deficiência.** 2024. Orientadora: Sheila de Quadros Uzêda. 23 f. il. Projeto de Intervenção (Programa de Pós-graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas - Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

O presente trabalho consiste numa Proposta Técnica-Tecnológica (PTT) que decorre da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas (PPGCLIP-MPED), intitulada Formação de professores e práticas pedagógicas no processo de inclusão de crianças com deficiência: percepções docentes. Tal proposta aborda a Formação de Professores no processo de inclusão de crianças com deficiência em uma escola localizada no município de Lauro de Freitas-Bahia. A proposição dessa PTT se justifica pela necessidade de qualificação e atualização de conhecimentos da comunidade escolar, a fim de minorar a evasão e fracasso escolar de estudantes com deficiência e inserir no cotidiano da escola estratégias para promoção de práticas pedagógicas inclusivas com intuito de garantir a permanência e a qualidade do ensino-aprendizagem do aluno com deficiência. Diante disso, a PTT tem por objetivo a criação de um Grupo de Trabalho como espaço permanente de formação e reflexão do corpo docente da escola, com foco na Educação Especial e no processo de inclusão de estudantes com deficiência. Trata-se de propor espaços de reflexões teóricas acerca dos impactos e contribuições da formação continuada na perspectiva da Educação Inclusiva, para aprimorar as práticas pedagógicas no atendimento ao público da Educação Especial. A PTT tem portanto, a finalidade de promover a formação continuada dos profissionais da educação para qualificá-los na sua prática pedagógica e aprimoramento do atendimento educacional especializado, a fim de garantir o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência conforme determina a legislação brasileira sobre inclusão escolar. O método proposto inclue três diferentes etapas para realização do grupo, a saber a): etapa de formulação e elaboração (diagnóstico inicial, definição de metas e plano de ação), b) etapa de manutenção e acompanhamento e c) etapa de desenvolvimento, execução e avaliação das atividades. Para tanto, estima-se que a duração do grupo seja de 10 meses. Pretende-se, com isso, promover momentos de discussão, de socialização de experiências relacionadas a esse tema e a criação de estratégias viáveis para que essa prática seja intensificada na escola em função prol de contextos educacionais mais inclusivos que promovam a aprendizagem de qualidade a todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva, Formação Continuada, Prática Pedagógica, Ensino Fundamental II.

ABSTRACT

This work consists of a Technical-Technological Proposal (PTT) that arises from the research developed in the Professional Master's Degree in Education of the Postgraduate Program in Curriculum, Languages and Pedagogical Innovations (PPGCLIP-MPED), entitled Teacher training and pedagogical practices in the process of inclusion of children with disabilities: teaching perceptions. This proposal addresses Teacher Training in the process of inclusion of children with disabilities in a school located in the city of Lauro de Freitas-Bahia. The proposition of this PTT is justified by the need for qualification and updating of knowledge of the school community, in order to reduce the dropout and school failure of students with disabilities and to insert strategies into the school's daily routine to promote inclusive pedagogical practices in order to guarantee the permanence and quality of teaching-learning of students with disabilities. In view of this, the PTT aims to create a Working Group as a permanent space for training and reflection for the school's teaching staff, focusing on Special Education and the process of including students with disabilities. The aim is to propose spaces for theoretical reflection on the impacts and contributions of continuing education from the perspective of Inclusive Education, to improve pedagogical practices in serving the Special Education public. The PTT therefore aims to promote the continuing education of education professionals to qualify them in their pedagogical practice and improve specialized educational services, in order to guarantee the full development of students with disabilities as determined by Brazilian legislation on school inclusion. The proposed method includes three different stages for carrying out the group, namely a): formulation and elaboration stage (initial diagnosis, definition of goals and action plan), b) maintenance and monitoring stage and c) development, execution and evaluation of activities stage. To this end, the group is estimated to last 10 months. The aim is to promote moments of discussion, sharing experiences related to this topic and the creation of viable strategies so that this practice can be intensified in schools in favor of more inclusive educational contexts that promote quality learning for all students.

Keywords: Special and Inclusive Education, Continuing Education, Pedagogical Practice, Elementary School II.

SUMÁRIO

1 EDUCAÇÃO INCLUIDENTE E EXCLUDENTE	6
2 DESCRIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA-TECNOLÓGICA	14
2.1 OBJETIVO GERAL	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3 ESTRATÉGIAS E APLICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA-TECNOLÓGICA	17
3.1 ESTRUTURA DO GRUPO DE TRABALHO	17
3.1.1 Composição	17
3.1.2 Periodicidade	18
4 ETAPAS DE FORMULAÇÃO E ELABORAÇÃO	19
5 ETAPAS DE MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO	20
6 DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	21
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

1 EDUCAÇÃO INCLUIDENTE E EXCLUDENTE

A educação em seu contexto histórico no Brasil, tem servido diretamente aos interesses econômicos e sociais das classes dominantes, sendo o sistema de ensino marcado pelo fracasso escolar das classes menos favorecidas, as quais são, muitas vezes, inviabilizadas pelo Estado, cuja consequência

É a culpabilização individual de seus membros pelo fracasso de uma classe inteira. Uma vez que não consegue problematizar as condições sociais de produção dessa classe de “indignos”, a instituição escolar, ao se deparar com aqueles que não possuem essas disposições que garante a “dignidade” dos indivíduos, age operacionalmente no dia a dia, de forma completamente destoante da que propõe oficialmente. (Nóbrega, 2015, p. 31).

A educação, como resultado de esforços individuais, é a marca do projeto neoliberal. O Brasil, em seu processo de formação, teve a educação como privilégio de algumas classes, posteriormente, foram criados os liceus que promoviam o ensino de ofícios para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade extrema com caráter assistencialista e de controle social. A educação primária e o ensino superior foram, durante muito tempo, destinados a classes privilegiadas, para as quais era destinado o trabalho intelectual, sendo a classe trabalhadora limitada ao ensino de ofícios, visto que a eles cabia somente o trabalho manual. (Saviani, 2007).

Nessa perspectiva, a educação tem, no Brasil, o reflexo da segregação social. A elaboração do currículo do ensino médio na década 1970 condicionou a obrigatoriedade do ensino de técnicas para atender às demandas do projeto neoliberal de desenvolvimento econômico, o qual propunha preparar o trabalhador exclusivamente com base na pedagogia das competências, a qual tem por finalidade o discurso da empregabilidade, de promover as capacidades individuais, ao passo que enfraquece o elemento humano enquanto ser coletivo, fato que se reflete na redução da solidariedade entre os trabalhadores.

À vista disso, surge a discussão sobre a necessidade de uma educação que propicie aos sujeitos acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade e propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para produção da vida. Para tanto, faz-se necessário o acesso de todos aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e produzir a existência e a riqueza social (Moura, 2007).

Diante do exposto, pensar a educação para crianças pobres requer um olhar atento sobre as possibilidades de acesso ao conhecimento, assim como a necessidade de atender às demandas imediatas expressas pelo público a que se esperar transformar com o processo de

transmissão-assimilação de conteúdos. Historicamente, a escola reproduz o modelo de sociedade e promove a conservação desse modelo de submissão e hierarquização por classes sociais. A diferenciação da qualificação e valorização do ensino nas escolas públicas e privadas é fator preponderante para manutenção deste processo de “exclusão includente” e “inclusão excludente” que conduzem a exclusão dos trabalhadores (pobres) de formas diferentes.

O processo de democratização da educação no Brasil, com a ampliação do número de matrículas, mais precisamente na educação básica, fez emergir o problema da evasão escolar, ao qual está relacionada diretamente a crescente inserção das classes populares, trabalhadores e pobres nas escolas. Enfatiza-se, assim, a necessidade de um novo olhar para função e o papel da escola, já que, a melhora dos dados quantitativos é associada à redução dos dados qualitativos, ou seja, da qualidade do ensino.

Essa análise de dados quantitativos e qualitativos da educação é realizada com base em índices e metas estabelecidas, fundadas na ideologia dominante, a qual prepara o seu contingente de mão-de-obra qualificada de acordo com seus interesses. Portanto, aquele que não se adapta ao sistema de educação é excluído do processo, pois o não atendimento e alcance aos padrões estabelecidos determinam a “inutilidade” do indivíduo para vida em sociedade, sendo a reprovação escolar o momento inicial de exclusão da vida social. Contudo, essa lógica excludente e segregadora reproduz-se de diversas formas durante a formação do indivíduo.

Hodiernamente, o debate sobre o fracasso escolar, a reprovação, a defasagem e a retenção propõem analisar a intencionalidade dessa renúncia à educação. Arroyo (2001) destaca o julgamento realizado pelos docentes como uma lógica seletiva e excludente que reproduz o modelo neoliberal. O ato da reprovação reproduz uma série de valores em que se desconsidera o percurso social e cultural, a auto-imagem, sensibilidades, identidades, projetos de vida, emoções, afetividades. Ou seja, ocorre um processo de desconstrução do indivíduo em que tanto o docente quanto o discente não são vistos como humanos.

A evasão escolar é apresentada, por diferentes autores. Ceratti (2008), Brasil (2006) e Nóbrega (2015) apontam inúmeras causas que se resumem a ideia do abandono escolar, da reprovação e da desistência dos estudos, como resultante do fracasso e insucesso escolar. Essas situações estão associadas às questões cognitivas e psicoemocionais dos alunos, além de fatores socioculturais, institucionais, bem como aqueles ligados à economia e à política.

Arroyo (2001) questiona sobre os benefícios que a prática da reprovação traz para educação com base em uma estrutura seriada, gradeada, disciplinar e disciplinante, que tem por objetivo moldar de forma legítima uma cultura social e política. A legitimidade do fracasso escolar voltada para a cultura social e política, segregadora e excludente vem sendo questionada por alguns autores os quais descrevem a escola como reflexo da sociedade que contribui para que os alunos continuem sendo excluídos da sociedade. Dessa forma, as responsabilidades dos fenômenos ligados à evasão escolar ficam escusos e de difícil delimitação, porque o problema se produz no resultado de um conjunto de fatores que atuam de modo coordenado, sendo que nenhum deles, isoladamente, o conseguiria provocar (Ceratti, 2006 *apud* Brasil, 2006).

Dentre as causas do fracasso escolar são apontadas por alguns estudos fatores relacionados aos alunos como suas capacidades de motivação ou sua herança genética são determinantes, outras pesquisas enfatizam os fatores sociais e culturais, o que remete ao debate sobre as classes socialmente desfavorecidas apresentarem uma porcentagem superior de fracasso.

Consideradas as diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho para subsistência familiar, perpassando a baixa qualidade de ensino – que promove o desestímulo à frequência as aulas –, autores como Arroyo (2001) questionam os fatores individuais e sociais e atribuem responsabilidade ao sistema educacional, ou seja, o modelo de ensino e a didática dos professores. Segundo Ceratti (2006), o fracasso escolar é resultado de três tipos determinantes de interação:

- a) psicológicos: aspectos cognitivos e psicoemocionais dos alunos;
- b) socioculturais: associados ao contexto social e as características da família do aluno;
- c) institucionais: relacionadas à escola, ao método de ensino, currículo e políticas públicas voltas para educação.

Todavia, a evasão escolar pode ocorrer por consequência de fatores externos e internos à escola, segundo Nóbrega (2015) os que mais se destacam são:

- a) as condições das famílias;
- b) as desigualdades sociais;
- c) o adolescente e seu trabalho;
- d) o desinteresse da família em acompanhar as atividades escolares de seus filhos;
- e) a criatividade e flexibilidade do professor para considerar o capital cultural de cada estudante;

- f) a linguagem em que é formulado o projeto pedagógico;
- g) a própria escola, sua organização e gestão;
- h) um conteúdo curricular adequado à vivência e expectativa dos educandos;
- i) uma metodologia que desperte o interesse e participação do aluno.

Dentre as principais causas da evasão escolar a falta de interesse do aluno é, frequentemente, apresentada como justificativa/causa e, muitas vezes, também entendida como uma incapacidade do aluno para se esforçar. Todavia, pensar o nível de interesse do aluno requer uma análise sobre o quanto são atrativos os conteúdos de aprendizagem. Ceratti (2006) afirma que, quando o aluno consegue relacionar os conteúdos com a sua vida diária e reconhece que o aprendizado será útil e vale o esforço para memorizá-lo, há maior sucesso. O contrário é igualmente percebido com o distanciamento do aluno: conteúdos que não se relacionam diretamente com a sua vida, ou são considerados distantes da sua capacidade de aprendizagem, não existindo motivação, reforçam seu atraso em relação ao grupo, levando-o ao abandono. Compreende-se, assim, que

Conhecer não é fácil, exige esforço de ambas as partes: do aluno no domínio da leitura, na vontade ou necessidade de aprender e no estabelecimento de ligação entre o novo conhecimento e conhecimentos anteriores. Esses fatores tornam-se desafios a vencer sendo a sua ausência muitas vezes causa da evasão escolar, traduzido em desestímulo. (Vasconcellos, 1995 *apud* Ceratti, 2006)

Nessa concepção, a evasão escolar está diretamente associada nas escolas públicas à qualidade do ensino. A reflexão apresentada por Vasconcelos (1995) propõe a educação como espaço de promoção do diálogo comunicativo entre professor-aluno com condição para libertação do indivíduo do sistema opressor. Freire (1983) combate a concepção ingênuas da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política. Combate igualmente a concepção oposta, o pessimismo sociológico, que consiste em dizer que a educação reproduz mecanicamente a sociedade. Nesse terreno, em que ele analisa as possibilidades e as limitações da educação, nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas da sociedade classista.

Ainda de acordo com Freire (1983), o ato pedagógico não está separado do ato político, ele reconhece a educação como um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão, já que, uma conscientização que partisse apenas do educador, limitada ao campo escolar, é insuficiente para operar uma verdadeira mudança social. Diante disto cabe analisar o papel do educador, haja vista que,

numa sociedade dividida em classes antagônicas, não há condições para uma pedagogia dialógica. O diálogo pode estabelecer-se talvez no interior da escola, da sala de aula, em pequenos grupos, mas nunca na sociedade global. Nesse viés, a tarefa do professor deve ser, então, a de problematizar para os alunos o conteúdo que os mediatiza e não entregá-lo e expressá-lo como algo já feito e acabado. (Freire, 1982 *apud* Ceratti, 2006)

A flexibilidade e a necessidade do alcance da realidade vivida pelo aluno destacam características que provocam melhores resultados, conforme destacou o autor José Carlos Libâneo em seu texto *O Planejamento Escolar* (2013, p.1), em que conceituou o planejamento escolar como uma tarefa docente que inclui tanto a previsão de atividades, quanto a revisão no decorrer do processo de ensino, sendo considerado um momento de pesquisa realizado pelo docente em que busca promover reflexões acerca do seu desempenho. Ou seja, possibilita-se uma avaliação e mensuração das atividades desenvolvidas para comprovar e validar sua efetividade enquanto docente.

Segundo Libâneo (2013, p.1) existem três modalidades de planejamento: escolar, ensino e de aulas. O autor apresenta o planejamento como uma aproximação dos objetivos da escola (enquanto diretriz dos princípios educacionais), do contexto social, das influências políticas e econômicas e da sociedade. Dessa forma, o planejamento é considerado a bússola norteadora do caminho que o docente deverá trilhar para que seus discentes alcancem e absorvam os conteúdos ditos “adequados” e “condizentes” à sua série ou etapa escolar/educacional. Libâneo destaca as seguintes funções para o planejamento:

- a)** Explicar os princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática.
- b)** Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula, através de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas de ensino.
- c)** Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.
- d)** Prever objetivos, conteúdos e métodos a partir de consideração das exigências postas pela realidade social, do nível de preparo e das condições socioculturais e individuais dos alunos.
- e)** Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível inter-relacionar, num plano, os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e avaliação que intimamente relacionada aos demais.
- f)** Atualizar os conteúdos do plano sempre que for preciso, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo dos conhecimentos, adequando-os às condições de aprendizagens dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados nas experiências do cotidiano.

g) Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar. Replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas (Libâneo, 2013, p.).

Outro fator a ser considerado para promover a melhoria do ensino é a necessidade da formação de homens críticos, livres e criativos, ainda que em condições sociais, políticas e econômicas adversas, pois a atitude crítica se desenvolve à medida que o aluno aprende uma cultura geral sólida. Essa concepção reduz a distância entre a escola e o aluno e transforma a realidade que produz o fracasso e a evasão escolar. Ainda de acordo com Frigotto (1989, p.28 *apud* Ceratti 2006, p. 200)

É preciso instrumentalizar o aluno de maneira que possa lutar contra as adversidades que a vida lhe impõe referente às relações econômicas e históricas; a escola importante para a classe trabalhadora é aquela que mostra a contradição nas relações entre a classe dominante e os dominados e a condição de negação histórica do saber, imposta aquela, pela classe dominante. A instrumentalização citada aqui é referente ao ensino da leitura e da escrita e ao efetivo ensino de conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento, sendo a educação trabalhada no interior da escola como uma atividade humana e transformadora, inserida no movimento coletivo de emancipação.

Quando falamos em planejamento para Educação Especial e Inclusiva, sua efetividade enquanto ferramenta de construção de uma sociedade justa e cidadã recai sobre seu caráter universal e plural de conhecimentos, áreas, especificidades e atuação. Dessa forma, o planejamento deverá agregar diferentes perspectivas, argumentações, objetivos e interesses em função da sua amplitude de campo de ação, visto que atua em áreas que promovem o desenvolvimento individual e coletivo, o que caracteriza a importância de um planejamento subjetivo, flexível, coerente e sequencial.

Vale ressaltar que a escola deve estar próxima da realidade do aluno, valorizar o seu conhecimento prévio e propor um ensino com intencionalidade nos objetivos que pretende atingir, logo, destacasse a importância do papel do professor no processo de ensino/aprendizagem para mediação entre o conteúdo e a realidade do aluno, a fim de que a aprendizagem se efetive em acordo com o nível cognitivo do aluno, de forma contextualizada, promovendo a aproximação do conhecimento sistematizado e o conhecimento do senso-comum.

Na Educação Especial, a evasão escolar pode se manifestar de forma diversificada em razão das particularidades do aluno com deficiência. Os fatores mais recorrentes para evasão escolar do aluno com deficiência são, comumente, os seguintes:

- a) falta de acessibilidade e inclusão: a escola não adapta o ambiente e o currículo para

atender às necessidades dos alunos com deficiência.

- b) Baixa autoestima e isolamento social: barreiras atitudinais e comportamentais expressas através da prática de preconceito, bullying ou falta de aceitação pelos colegas e da equipe de profissionais.
- c) Falta de suporte adequado: ausência de recursos materiais (mobiliários adaptados, uso de equipamentos de tecnologia assistiva), ausência de profissionais qualificados, intérprete de Libras, como professores de AEE, cuidadores especializados.
- d) Dificuldades na comunicação: barreiras atitudinais e comportamentais decorrentes da inexistência de qualificação da comunidade escolar para atuar na Educação Especial.
- e) Problemas familiares e sociais: famílias que não conseguem apoiar adequadamente seus filhos devido à falta de recursos ou de conhecimento sobre os direitos e serviços educacionais inclusivos podem contribuir para a evasão.

Com intuito de abrandar a evasão escolar na Educação Especial, propõe-se o projeto de formação continuada de professores, a fim de inserir no cotidiano da escola estratégias que têm por base a promoção de práticas pedagógicas inclusivas com intuito de garantir a permanência e a qualidade do ensino-aprendizagem do aluno com deficiência.

A análise dos dados coletados, junto com o aporte teórico metodológico adotado na pesquisa ressaltou a necessidade de rever as práticas pedagógicas. Para tanto, foi elaborada uma proposta Técnica-Tecnológica que tem por objetivo subsidiar o educador quanto à aquisição de conhecimentos, e aperfeiçoar sua prática docente. Para tal fim, propõe-se a uma base pedagógica norteadora do método de ensino no atendimento ao aluno com necessidades educacionais específicas.

Considera-se que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento de fundamental importância, uma vez que norteia a prática pedagógica, os planos e ações implementadas na escola, definindo e organizando as atividades e projetos educativos elaborados e discutidos pela comunidade escolar. Além disso, o PPP revela a identidade da escola, constituída de características e particularidades do público que atende, da região e comunidade onde a escola está localizada, como também o contexto social, econômico, político e cultural das famílias e comunidade em seu entorno. O PPP é uma construção coletiva que impulsiona todos os envolvidos no processo educacional.

Conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o PPP é um documento que deve ser elaborado de forma coletiva, obedecendo, assim, ao princípio da gestão democrática, expresso no Art. 206, Inciso VI, da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o PPP deve refletir o caminho, as metas e o direcionamento que a unidade educacional irá percorrer, além de nortear as ações e aspectos pedagógicos e administrativos, proporcionando o desenvolvimento de posturas éticas e críticas.

Diante do exposto e considerando que a escola estava em processo de formulação do PPP, apresenta-se a proposta de Proposta Técnica-Tecnológica associada à dissertação de Mestrado ora exposta, a qual tem por sugestão a elaboração e execução de cursos de formação continuada na modalidade da Educação Especial, com objetivo de instituir a prática do ensino na perspectiva inclusiva na escola.

2 DESCRIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA-TECNOLÓGICA

Esta Proposta Técnica-Tecnológica é fruto da dissertação do Mestrado em Educação Profissional, intitulada *Formação de professores e práticas pedagógicas no processo de inclusão de crianças com deficiência: percepções docentes*, que teve como objetivo geral compreender as percepções docentes sobre formação de professores e práticas pedagógicas no processo de inclusão de crianças com deficiência.

A Proposta Técnica-Tecnológica tem por objetivo a criação de um Grupo de Trabalho como espaço permanente de formação e reflexão para o corpo docente da escola, com foco na Educação Especial e Inclusiva de alunos com deficiência. A proposta tem por finalidade promover a formação continuada dos profissionais da educação para qualificá-los na sua prática pedagógica e aprimoramento do atendimento educacional especializado, a fim de garantir o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência conforme determina a legislação brasileira sobre inclusão escolar das diretrizes legais estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Este documento tem por objetivo provocar e propor espaços de reflexões teóricas acerca dos impactos e contribuições da formação continuada na perspectiva da Educação Inclusiva, para aprimorar as práticas pedagógicas no atendimento ao público da educação especial. Além disso, pretende-se promover momentos de discussão, de socialização de experiências relacionadas a esse tema e a criação de estratégias viáveis para que essa prática seja intensificada na escola em função de contextos educacionais mais inclusivos que promovam a aprendizagem de qualidade de todos os estudantes.

Em outros termos, consciente da importância do papel do professor como mediador no processo de ensino a finalidade dessa proposta Técnica-Tecnológica será contribuir para aprendizagem e melhoria do ensino na educação básica, especialmente no que se refere ao ensino das pessoas com deficiência. Por meio dessa perspectiva, espera-se que os professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental II possam desenvolver proposições para a formação crítica e reflexiva dos estudantes, por meio da inserção de uma prática pedagógica que aproxime tudo que é proposto em teorias e leis à realidade das salas de aula.

Para tanto, será necessária a criação de um Grupo de Trabalho sobre Educação Inclusiva (GT) na escola, o qual deverá ser normatizado junto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição e contemplar a Educação Especial e Inclusiva de forma transversal, com

as metas e objetivos que se quer alcançar, além dos princípios e concepções que norteiam as práticas pedagógicas sobre o que fazer, quando fazer, como fazer para quem e com quem fazer. Há concordância, assim, com os objetivos da pesquisa que subsidiou a dissertação, a qual buscou uma revisão sobre a percepção docente sobre a sua formação e prática pedagógica. São, portanto, os objetivo geral e específicos da Proposta Técnica-Tecnológica:

2.1 OBJETIVO GERAL

Promover um Grupo de Trabalho permanente para apoiar e capacitar os docentes do Ensino Fundamental II na Educação Inclusiva.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer um espaço de formação continuada em Educação Especial e Inclusiva;
- desenvolver ações pedagógicas que favoreçam a inclusão escolar;
- monitorar e acompanhar o desenvolvimento dos alunos com deficiência;
- incentivar o uso de recursos pedagógicos acessíveis e práticas inovadoras;
- promover a colaboração entre os docentes e demais profissionais da escola.

A proposição de formação continuada na escola institucionalizada, como parte do Projeto Político Pedagógico (PPP), permite à comunidade escolar (docentes e funcionários) ter informações constantes que auxiliem sobre ações e práticas pedagógicas, políticas públicas, programas e projetos educacionais etc., desenvolvidas na área da Educação Especial e Inclusiva. A obrigatoriedade da revisão periódica do PPP contribui para flexibilidade das ações assim como da constante atualização do alinhamento da prática pedagógica a teoria das políticas públicas para o atendimento a pessoa com deficiência. Dentre os aspectos e características propostos para Proposta Técnica-Tecnológica destacam-se os seguintes:

- a) sensibilizar os professores da educação básica em relação à proposta de Educação Inclusiva;
- b) contribuir com as práticas pedagógicas inclusivas;
- c) compartilhar materiais e sugestões com o intuito de promover reflexões acerca da necessidade de reorganizar os aspectos administrativos e pedagógicos da escola;
- d) atualização sobre políticas públicas educacionais;
- e) capacitar os professores a adaptarem currículos, materiais e práticas pedagógicas para

atender às necessidades individuais dos alunos, garantindo uma aprendizagem efetiva e equitativa;

- f) capacitar os profissionais sobre os recursos de tecnologia assistiva.

Dessa forma, a criação do GT e sua inserção no PPP da escola possibilitará uma atuação colaborativa o que pode favorecer para que as ações inclusivas não sejam tratadas de forma isolada, mas como uma prática constante na formação e no desenvolvimento da unidade escolar. Todavia, a formação não será restrita ao corpo docente, para tanto, entende-se o necessário monitoramento dos processos inclusivos para assegurar o atendimento às lacunas relacionadas à realidade da escola.

3 ESTRATÉGIAS E APLICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA-TECNOLÓGICA

A formulação de políticas, programas e projetos, seu monitoramento e avaliação devem conter dimensões que refletem, na prática, um novo paradigma de gestão pública, considerando a importância de fortalecer a democracia participativa no país, inclusive por meio dos instrumentos e das práticas que apoiam o processo decisório. Assim, é central:

- a participação das/os beneficiárias/os;
- a participação das instituições parceiras no projeto/ação;
- a qualidade dos serviços prestados/resultados alcançados, de acordo com a população beneficiária;
- a satisfação da população beneficiária;
- a sustentabilidade dos resultados e dos efeitos esperados – permanência do serviço implantado ou consistência das mudanças operadas por meio de projeto/ações, após a conclusão do processo de intervenção/execução do Convênio.

3.1 ESTRUTURA DO GRUPO DE TRABALHO

3.1.1 Composição

- Corpo Docente (permanente);
- Coordenador Pedagógico (01 coordenador permanente);
- Professores do Ensino Fundamental II (03 professores efetivos por área do conhecimento, permanência bianual);
- Professores Dedicação Exclusiva (02 profissionais permanentes);
- Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Profissionais da escola com qualificação/ Secretaria de Educação – SEMED);
- Psicólogo ou Assistente Social, (Secretaria de Educação Municipal - SEMED).

3.1.2 Periodicidade

Reuniões quinzenais para planejamento, avaliação e formação. As etapas que constituem a participação docente na formação continuada serão realizadas nos horários de reunião pedagógica como parte da carga horária destinada à atividade extrassala de aula do professor, a qual, segundo a normativa da rede de ensino, deverá ser utilizada para elaboração e correção de atividades, atendimento aos familiares, planejamento individualizado do aluno com deficiência, reunião com a coordenação e gestão, formação continuada etc..

4 ETAPAS DE FORMULAÇÃO E ELABORAÇÃO

1. **Diagnóstico Inicial:** produção e análise dos dados da percepção docente e dos recursos disponíveis na unidade escolar.
2. **Definição de Metas:** estabelecimento de ações, etapas, metas e objetivos a serem alcançados considerando o marco temporal de um ano letivo.
3. **Plano de Ação:** elaboração de plano detalhado com cronograma de atividades, ações, objetivos, responsáveis e resultados esperados.

5 ETAPAS DE MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O monitoramento e a avaliação constituem etapas fundamentais da formulação e da implementação de políticas públicas. O monitoramento também é conhecido como avaliação em processo, consistindo em “uma ferramenta utilizada para intervir no curso de um programa, corrigindo sua concepção. É o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e os impactos das ações realizadas. O monitoramento permite identificar tempestivamente as vantagens e os pontos frágeis na execução de um programa e efetuar os ajustes necessários à maximização dos seus resultados e impactos”.

A avaliação é tida como um processo sistemático de análise que permite compreender, de forma contextualizada, todas as dimensões e implicações de uma ação para estimular seu aperfeiçoamento. A avaliação oferece o suporte necessário para a tomada de decisão em diferentes fases da formulação e da implementação de políticas públicas. A característica fundamental da avaliação de programas é, certamente, seu caráter aplicado. Os/as avaliadores/as não podem perder de vista esse aspecto, que garante a produção de trabalhos com utilidade prática. Essa modalidade de pesquisa visa atender às demandas por informação de administradores/as de dado programa ou projeto. Juntamente com o monitoramento, de forma complementar, a avaliação deve ser entendida como um processo que visa garantir a eficiência na alocação de recursos, a eficácia e a efetividade das ações.

A realização da avaliação de um programa tem como objetivos: i) aferir, de forma sistemática, seus resultados e compará-los com resultados preestabelecidos; ii) identificar e analisar as causas dos possíveis desvios observados na operação e/ou nos resultados obtidos; e iii) propor recomendações para subsidiar a tomada de decisão acerca das medidas corretivas a serem adotadas para garantir a obtenção dos resultados esperados pela sociedade. O monitoramento é um processo permanente de coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento de um programa, em comparação com o desempenho pretendido. É uma atividade gerencial direcionada a uma rápida avaliação da implementação das ações e do contexto em que ocorrem, de modo a prover a administração de informações sintéticas que permitam identificar e viabilizar a superação de restrições ao andamento do programa em tempo de execução.

6 DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Mês	Atividade/Estratégia	Período	Produtos	Resultado Esperado	Responsável
1º Mês	Diagnóstico e produção de dados	1ª e 2ª semanas	Relatório de diagnóstico	Dados sobre a realidade da escola	Coordenação Pedagógica
	Palestra sobre inclusão escolar para pessoa com deficiência	3ª semana	Materiais de apoio	Conscientização sobre a temática da inclusão.	Coordenação Pedagógica
	Planejamento do plano de ação	4ª semana	Plano de ação final	Planejamento estruturado	Equipe de Gestão
2º Mês	Oficina sobre adaptações curriculares	2ª semana	Planos de aula adaptados	Planejamento educacional individualizado –PEI	Professor de AEE
	Elaboração de planos de ensino adaptados	3ª e 4ª semanas	Planos de ensino inclusivos	Planejamento educacional individualizado –PEI	Docentes
3º Mês	Estudo de caso prático	1ª e 2ª semanas	Relatório de estudo	Melhor análise de barreiras	Coordenação Pedagógica
	Implementação de estratégias inclusivas	3ª e 4ª semanas	Relatórios das práticas	Inclusão de estratégias	Docentes
4º Mês	Desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis	1ª e 2ª semanas	Materiais acessíveis	Disponibilidade de recursos	Professor de AEE
	Monitoramento inicial do progresso dos alunos	3ª semana	Relatórios de desempenho	Análise inicial	Docentes/ Equipe de Gestão / Coordenação Pedagógica
5º Mês	Rodas de conversa sobre experiências inclusivas	2ª semana	Relatórios das reuniões	Troca de experiências	Coordenação Pedagógica
	Ajustes nas estratégias conforme <i>feedback</i> docente	4ª semana	Planos ajustados	Estratégias refinadas	Equipe de Gestão
6º Mês	Encontros com famílias	2ª semana	Relatórios das reuniões	Maior envolvimento familiar	Docentes/ Equipe de Gestão / Coordenação Pedagógica
	Seminário sobre práticas inclusivas	4ª semana	Certificados e apresentações	Disseminação de práticas	Coordenador Pedagógico
7º Mês	Revisão de planos de ensino inclusivos	2ª e 3ª semanas	Novos planos ajustados	Melhor adequação	Coordenação Pedagógica
8º Mês	Monitoramento contínuo do progresso dos alunos	1ª e 3ª semanas	Relatórios de desempenho	Progresso no aprendizado	Docentes/ Equipe de Gestão / Coordenação Pedagógica
9º Mês	Avaliação de impacto das ações inclusivas	2ª semana	Relatórios de avaliação	Melhoria contínua	Coordenador Pedagógico
10º Mês	Troca de experiências entre docentes	4ª semana	Relatórios de trocas	Colaboração fortalecida	Coordenador Pedagógico
Avaliação final e fechamento do projeto	Avaliação final e fechamento do projeto	2ª semana	Relatório de avaliação final	Consolidação das práticas	Equipe de Gestão / Coordenação Pedagógica
	Avaliação da experiência formacional para aprimoramento da proposta	4ª semana	Novo plano de ação	Planejamento de continuidade	Docentes / Equipe de Gestão / Coordenação Pedagógica
Planejamento de novas ações para continuidade do projeto.					

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância das atribuições desta Proposta Técnica-Tecnológica intensifica-se com a percepção da necessidade real de atender às demandas e desafios concretos na escola, que exigem o reconhecimento de situações específicas, as quais exigem práticas e ações direcionadas. Portanto, a formação continuada não é desejável, ou complementar, mas essencial para minorar as barreiras existentes no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência.

Para tanto, será necessário direcionar as ações para atender ao proposto inicialmente como objetivo da pesquisa, que é a escuta do corpo docente, a qual será segmentada por área de conhecimento, para melhor compreensão dos resultados e contribuir com o andamento das atividades da unidade escolar, a exemplo, da roda de conversa sobre saberes docentes e formação de professores na perspectiva inclusiva, assim como da reunião com GT do PPP da escola.

Espera-se que esta Proposta Técnica-Tecnológica possa cooperar com a futura reformulação do PPP, incluindo a formação continuada na perspectiva inclusiva o que possibilita a quebra de preconceitos e estigmas, barreiras atitudinais, ao promover a cultura da diversidade e do respeito. Conclui-se que Proposta Técnica-Tecnológica irá contribuir enquanto curso de formação continuada, com a qualificação dos profissionais para identificação, monitoramento e alinhamento das práticas pedagógicas, atendimento educacional especializado, com planejamento individualizado, integração à equipe docente, prática colaborativa entre os profissionais, troca de saberes e experiências, redução das desigualdades educacionais e melhoria na qualidade do ensino e no desenvolvimento integral dos alunos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Prefácio. In: PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação.** 2 ed. São Paulo: Xamã, 2001.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politcaeducaespecial.pdf>. Acesso em: fev. 2025.
- CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar, causas e consequências.** Londrina: Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), SEED/PR, 2008. Disponível em <http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.1%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%83NCIAS.pdf>. Acesso em: fev. 2025.
- NÓBREGA SILVA, Eliana Maria da; SANTOS, José Ozildo dos. Evasão escolar: Um problema, várias causas. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 4, p. 30-35, 2016.
- DIGIÁCOMO, Murillo José. **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar.** 2012. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/educacao/doutrinas_e_artigos/evasao_escolar_murilo.pdf. Acesso em: fev. 2025.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).
- MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v.2, p.1-27, 2007.
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade do trabalho educativo. **Pedagogia Histórico-Crítica**, v.7, n.1, p.286-293, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnismo (1991-2001). In: SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores associados, 2008.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007.